

Tema em discussão

Novo formato da reforma da Previdência

Nossa opinião

Lógica sólida

A retomada da tramitação do projeto de reforma da Previdência no Congresso reinicia todo aquele debate em que se misturam mistificações estatísticas, puro desconhecimento dos números e resistência de fundo apenas ideológico, que fazem políticos virarem as costas à aritmética. Consideremos que, diante do óbvio, esteja descartada a miopia de considerar que não existe déficit da Previdência. Isso não passa de alquimias contábeis, em que são usadas receitas indevidas para melhorar o balanço do sistema. Nem se devem levar a sério centenas de milhões creditados a dívidas de contribuintes do INSS. Bastaria cobrar-se esses calotes, e as contas voltariam ao equilíbrio.

Infelizmente não é assim tão simples. Uma consulta superficial à lista de devedores da Previdência encontra massas falidas, cujos débitos são irreversíveis. E mesmo que fossem resgatados, a tendência estrutural do sistema a déficits persistiria. A demo-
ra em se ajustar um sistema sem exigência de idade mínima para aposentadoria à realidade demográfica de uma população cuja idade média está em alta — pela saudável extensão da expectativa de vida — causa desequilíbrios crescentes. Um dos poucos países do mundo que ainda não estabelece parâmetro de idade para o pedido do benefício, o Brasil ostenta a preocupante característica de que, em média, o brasileiro do regime geral de previdência (INSS) se aposenta aos 58 anos. Como ele, também em média, vive até além dos 80 anos, a pressão sobre o caixa do sistema é enorme. Daí o déficit, estimado em

R\$ 177 bilhões para este ano, poderá ultrapassar R\$ 200 bilhões, em 2018.

À medida que o tempo passa, as contas públicas ficam mais desequilibradas, e, por isso, qualquer mudança na economia mundial pode enevoar o relativo céu azul interno. Logo, esta discussão precisa ser mais séria, sustentada em números. Se é uma aberração a idade média de 58 anos de quem pede aposentadoria no INSS, não resta dúvida de que a fixação das idades mínimas de 65 anos para homens e 62 para mulheres, estabelecida no pacote revisto da reforma, precisa ser

aprovada. Com as devidas regras de transição. Este já era um dos corações da reforma; agora, na sua versão reduzida, tornou-se mais ainda seu pilar. O Brasil já gasta com a Previdência cerca de 10% do PIB, tanto quanto países com populações de idade média mais avançada: Polônia, Alemanha, Japão. Assim, a tendência de envelhecimento do brasileiro elevará ainda mais este índice, inviabilizando outras despesas.

A questão do funcionalismo está clara: há nele castas de aposentados

cujo peso o Tesouro não pode continuar a sustentar, além de ser um fator de injustiça social, de concentração de renda. É suficiente conhecer algumas estatísticas: um milhão de servidores federais aposentados geram um déficit de R\$ 78,1 bilhões, enquanto 30 milhões de aposentados no setor privado (INSS), 30 vezes mais pessoas, produzem um déficit de R\$ 188,8 bilhões, apenas duas vezes e meia mais que o resultado negativo no funcionalismo. A lógica da reforma é sólida, para proteger todos os aposentados. A continuar a assim, todo o sistema quebrará. •

*Quando se
veem os
dados, sem
ideologias,
fica evidente
que todo o
sistema corre
risco crescente*

Outra opinião

Ousadia e verdade

PAULO PAIM

A CPI da Previdência constatou que o sistema é superavitário. O relatório, aprovado por unanimidade, desconstrói os discursos de que ela é deficitária e que em pouco tempo não haverá dinheiro para pagar as aposentadorias. Portanto, a reforma é desnecessária.

Entre 2000 e 2015, o superávit foi de R\$ 821 bilhões. Atualizado pela Selic, seria hoje de R\$ 2,1 trilhões. Nos últimos 20 anos, devido a desvios, sonegações e dívidas, deixaram de entrar nos seus cofres mais de R\$ 3 trilhões.

A Desvinculação de Receitas da União é outra forma de retirar dinheiro. Entre 2000 e 2015, foram R\$ 614 bilhões. Atualizado, esse valor seria hoje de R\$ 1,4 trilhão. No ano passado o percentual de retirada subiu de 20% para 30%.

O TCU estima que a perda, em fraudes e sonegações, é de R\$ 56 bilhões/ano. Pela CPI, chega a R\$ 115 bilhões. Segundo estudo apresentado à comissão, a sonegação também decorre da falta de registro de empregados assalariados. Em 2014, foi de R\$ 41 bilhões o valor que poderia ter sido arrecadado.

Já a apropriação indébita foi de R\$ 125 bilhões nos últimos quatro anos por parte dos empregadores que cobram dos trabalhadores e não repassam à Previdência.

Há também as desonerações. Nos últimos dez anos, mais que triplicaram, chegando a R\$ 143 bilhões em 2016, contra R\$ 45 bilhões em 2007.

O Refis é um programa governamental para

parcelar as dívidas tributárias. Com esse programa, a arrecadação espontânea das contribuições para a Seguridade despenca em R\$ 27,5 bilhões por ano. Com a MP 783/2017, nos próximos 3 anos, o custo será de R\$ 543 bilhões.

Os problemas da Previdência são má gestão e administração, falta de fiscalização e cobrança de devedores e sonegadores, anistias, corrupção e, principalmente, que todo dinheiro arrecadado não seja utilizado para outros fins. Dinheiro da Previdência tem de ficar na Previdência.

Mas a CPI, além de identificar os problemas, também faz sugestões para aperfeiçoar o sistema: extinção da DRU, compensação em relação aos benefícios sociais, revisão do benefício de prescrição de 5 anos (passando a ser igual a carência de 15 anos), alteração e ampliação do teto, revisão das anistias e parcelamentos de crédito, revisão do modelo atuarial para ter clareza das receitas e despesas e auditoria da dívida pública.

A incompetência para colocar em prática um verdadeiro projeto de nação para o país, com desenvolvimento sustentável e respeito aos direitos sociais e trabalhistas, leva os governos a assaltarem cada vez mais a “galinha dos ovos de ouro” da União — a Previdência Social.

A CPI é um divisor de águas. Os governos terão que beber desta fonte. O seu resultado é de extrema importância para o aprimoramento da nossa democracia e cidadania. •

Paulo Paim é senador (PT-RS) e presidente da CPI da Previdência

*CPI da
Previdência
mostrou que
sistema tem
superávit e
que, portanto,
a reforma é
desnecessária*